

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO FINANCEIRA**

Autor: Elaine Neris

Orientadora: Professora Ma.Terezinha Márcia de Carvalho Lino

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO FINANCEIRA**

Autor: Elaine Neris

Orientadora: Professora Ma.Terezinha Márcia de Carvalho Lino

“Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.”

JUÍNA/2012

**AJES - FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO DO VALE
DO JURUENA**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. CLEIVA SCHAUERICH MATIVI

Prof. Esp. NATANIEL TOMASINI

ORIENTADORA

Prof^a. Ma. TEREZINHA MÁRCIA DE CARVALHO LINO

Dedico esta conquista aos meus
queridos pais, Dario e Fátima.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as bênçãos recebidas, pela sua presença constante em minha vida e pela graça de poder concluir este trabalho.

Aos meus amados pais, por serem meu espelho, por sempre me ensinarem a ser forte, a lutar pelos meus objetivos com honestidade e humildade, por todo amor, incentivo e dedicação que sempre tiveram para comigo.

Aos meus avós, Balbino e Luzia, por todo apoio, amor e carinho demonstrado. E por todas as suas orações, que me deram forças para que eu pudesse seguir em frente.

Em especial ao meu querido amigo Geraldo Aparecido Polegatti, por sempre alegrar meus dias com seu bom humor contagiante, por toda dedicação e prestatividade oferecida.

A minha querida amiga Jeyciane de Paula, pela amizade sincera, pelos exemplos e estímulos que sempre me proporcionou.

A todos os companheiros de trabalho do IFMT, especialmente aos amigos Eder Medeiros, Izabel Deotti e Maria Almeida, a vocês que sempre me estimularam para que eu pudesse tornar esse sonho realidade, ofereço a minha eterna gratidão.

A todos os colegas de classe com os quais convivi durante esses quatro anos, pelos momentos compartilhados, em especial as minhas amigas Bruna, Creslaine, Daiane e Janaine

E de uma forma singular agradeço a minha querida orientadora Prof^a. Ma. Terezinha Márcia de Carvalho Lino por toda dedicação, compreensão e profissionalismo oferecido. Sua contribuição foi de fundamental importância para a realização deste trabalho.

“Você tem dentro de si a capacidade de construir suas vitórias”.
O que você já conquistou na vida não foi fruto do acaso. Se,
por um golpe do destino, você perder tudo o que tem, lembre-
se: Nada, nem ninguém, pode destruir sua capacidade de
realização.

(Roberto Shinyashiki)

RESUMO

As dificuldades enfrentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, tais como forte concorrência, dificuldade em obter recursos financeiros, falta de controle de estoques, endividamento e pouco capital de giro estimulam as empresas a adotar técnicas de gestão profissional na condução de seus negócios, de forma a torná-las competitivas e com estabilidade financeira. A análise das demonstrações contábeis é um instrumento importante que uma empresa pode utilizar para verificar como as tomadas de decisões estão repercutindo em suas finanças. Neste contexto este trabalho buscou instigar os gestores de pequenas empresas quanto a relevância da aplicação dessas análises, uma vez que seus índices podem revelar problemas muitas vezes desconhecidos e também auxiliar quanto às futuras tomadas de decisões. Considerando que o universo das análises financeiras é muito amplo e cada índice relaciona-se com especificidade a determinado aspecto contábil, este trabalho buscou apresentar aqueles que mais poderiam auxiliar o gestor de uma empresa de pequeno porte a tomar decisões, sendo eles; os índices de liquidez que referem-se a capacidade de pagamento, os índices de endividamento que retrata o grau da participação de capital de terceiros, os índices de rentabilidade que mede o grau de retorno dos investimentos realizados, os índices de atividade, que demonstra como é composto os prazos de pagamento, recebimento e renovação dos estoques e também a análise horizontal e vertical que se efetiva através da comparação dos dados. Destaca-se que para o levantamento das informações foi realizada uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica. E como resultado final pode-se concluir que a análise das demonstrações contábeis se utilizada como ferramenta de gestão para uma pequena empresa é uma grande aliada, porque traz um conjunto de informações muito útil ao seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Índices de liquidez. Índices de atividade. Índices de endividamento. Índices de rentabilidade.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1

Porte das empresas por receita bruta19

QUADRO 2

Critério por número de empregados para as indústrias de acordo com o SEBRAE/SC:20

QUADRO 3

Critério por número de empregados para Comércio e Serviços de acordo com o SEBRAE/SC20

QUADRO 4

Principais indicadores econômico-financeiros30

QUADRO 5

Índice de liquidez imediata - fórmula e interpretação31

QUADRO 6

Índice de liquidez geral - fórmula e interpretação32

QUADRO 7

Índice de liquidez corrente - fórmula e interpretação33

QUADRO 8

Índice de liquidez seca - fórmula e interpretação.....34

QUADRO 9

Nível de endividamento - fórmula e interpretação35

QUADRO 10

Composição do endividamento - fórmula e interpretação36

QUADRO 11

Dependência Financeira - fórmula e interpretação37

QUADRO 12

Independência Financeira - fórmula e interpretação	37
QUADRO 13	
Imobilização do Patrimônio Líquido - fórmula e interpretação	38
QUADRO 14	
Imobilização dos Recursos Não Correntes - fórmula e interpretação.....	39
QUADRO 15	
Indicador de Rentabilidade do patrimônio Líquido - fórmula e interpretação ...	41
QUADRO 16	
Indicador de Rentabilidade do Ativo Total - fórmula e interpretação	42
QUADRO 17	
Margem Bruta - fórmula e interpretação	42
QUADRO 18	
Margem Líquida - fórmula e interpretação	43
QUADRO 19	
Prazo Médio de Rotação de Estoques - fórmula e interpretação	45
QUADRO 20	
Prazo de Recebimento das Vendas - fórmula e interpretação	45
QUADRO 21	
Prazo de Pagamento das Compras - fórmula e interpretação.....	46
QUADRO 22	
B.P. - Balanço Patrimonial - Cia. Modelo.....	51
QUADRO 23	
DRE - Demonstração do Resultado do Exercício	52
QUADRO 24	
Resultado dos Índices de Liquidez - IL	53
QUADRO 25	

Resultados dos Indicadores da Estrutura de Capital	54
QUADRO 26	
Resultados dos Indicadores de Rentabilidade	56
QUADRO 27	
Resultados dos Indicadores de Atividades	57
QUADRO 28	
Resultado das Análises Horizontal e Vertical do BP	58
QUADRO 29	
Resultado das Análises Horizontal e Vertical da DRE	60

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Usuários Internos e Externos.....	29
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CCL	Capital Circulante Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CE	Composição do Endividamento
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DF	Dependência Financeira
EPP	Empresa de Pequeno Porte
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido
IRNC	Imobilização dos Recursos Não Correntes
IF	Independência Financeira
IRPL	Indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido
INPC	Índice Nacional de Preços do Consumidor

IBRACON	Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSA	Lei das Sociedades Anônimas
LI	Liquidez Imediata
LG	Liquidez Geral
LC	Liquidez Corrente
LS	Liquidez Seca
MB	Margem Bruta
ML	Margem Líquida
ME	Microempresa
NE	Nível de Endividamento
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCC	Novo Código Civil
PMPC	Prazo Médio de Pagamento das Compras
PMRV	Prazo Médio de Recebimento das Vendas
PMRE	Prazo Médio de Rotação de Estoques
PIB	Produto Interno Bruto
RAT	Rentabilidade do Ativo Total
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
1.3.1 OBJETIVO GERAL	17
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.5 JUSTIFICATIVA.....	17
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP).....	19
2.2 CONTABILIDADE.....	22
2.2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	23
2.2.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL – BP.....	24
2.2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	25
2.2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR.....	25
2.2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA) OU DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL).....	26
2.2.1.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC.....	27
2.2.1.6 AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA FINS DE ANÁLISE.....	27
2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28
2.4 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	29
2.4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ.....	30
2.4.1.1 INDICADOR DE LIQUIDEZ IMEDIATA	30
2.4.1.2 INDICADOR DE LIQUIDEZ GERAL	31
2.4.1.3 INDICADOR DE LIQUIDEZ CORRENTE	32
2.4.1.4 INDICADOR DE LIQUIDEZ SECA.....	33
2.4.2 INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL.....	34

2.4.2.1 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO	35
2.4.2.2 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	36
2.4.2.3 DEPENDÊNCIA FINANCEIRA	37
2.4.2.4 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA.....	37
2.4.3 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
2.4.4 IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES.....	39
2.4.6 INDICADORES DE RENTABILIDADE	40
2.4.6.1 INDICADOR DE RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
2.4.6.2 INDICADOR DE RENTABILIDADE DO ATIVO TOTAL.....	41
2.4.6.3 MARGEM BRUTA.....	42
2.4.6.4 MARGEM LÍQUIDA	43
2.4.7 INDICADORES DE ATIVIDADES.....	43
2.4.7.1 PRAZO MÉDIO DE ROTAÇÃO DE ESTOQUES	44
2.4.7.2 PRAZO DE RECEBIMENTO DAS VENDAS – CLIENTES	45
2.4.7.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS – FORNECEDORES	46
2.5 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL	46
3 METODOLOGIA	48
3.1 COLETA DOS DADOS.....	48
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	49
3.3 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	49
4 ANÁLISE E RESULTADOS.....	51
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICES	67

1 INTRODUÇÃO

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Sabe-se que nos dias atuais as pequenas empresas precisam ter uma gestão profissional dos seus negócios para conseguir estabilidade financeira. Esse nível de exigência em relação à gestão das empresas é medido pela alta competitividade do mercado, que não permite erros na tomada de decisão. Situação que impõe às empresas a necessidade de se ter informações contábeis e financeiras confiáveis e disponíveis sobre as suas movimentações de recursos e de atividades.

Muitas vezes por ausência de conhecimento da real situação de suas operações as empresas são levadas a tomar decisões erradas do ponto de vista gerencial. A gestão do estoque, por exemplo, é sempre um fator preocupante, pois quando o nível de produtos mantidos nos depósitos é elevado, além dos altos custos para mantê-los, estes podem se tornar obsoletos, gerando assim grandes perdas para a empresa, pois os recursos poderiam estar sendo mais bem utilizados se empregados em outros tipos de operação. Outras vezes as empresas acabam contraindo empréstimos a juros muito altos e não observam que seu lucro está sendo inferior às despesas. Sendo assim, esta pesquisa demonstrará a importância da realização das análises das demonstrações contábeis, vez que seus índices proporcionam uma correta interpretação das informações contábeis, além de orientar as empresas nas tomadas de decisões e servir como forma de planejamento, evitando assim prejuízos futuros.

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento importante que a empresa pode utilizar para verificar como as tomadas de decisões estão refletindo em suas finanças. Toda empresa tem a necessidade de diagnosticar a situação em que se encontra para que possa assim tomar decisões que a favoreça financeiramente. Neste aspecto este trabalho utilizou dados bibliográficos para ilustrar as diversas informações que uma análise financeira pode oferecer a seus usuários.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Em meio a um cenário mercadológico tão competitivo a utilização das análises dos indicadores financeiros como ferramentas de orientação para as futuras tomadas de decisão é uma premissa determinante para a permanência da empresa no mercado. Dentre os diversos indicadores que podem ser calculados, vale ressaltar o nível de endividamento da empresa. Esse indicador é essencial para um bom gerenciamento, tendo em vista que essa informação mostra quanto a empresa tem de capital próprio e com quanto de capital de terceiros ela trabalha. Se a empresa não conhece o seu nível de endividamento ela pode acabar se descontrolando em relação à adesão de recursos externos, chegando ao ponto de endividar-se totalmente, ocasionando a ruína da empresa. Outro ponto relevante é a capacidade de liquidez, sendo que quando a empresa não possui liquidez ela passa por diversos transtornos, tais como o não cumprimento de suas obrigações em tempo hábil, ou a incapacidade de pagá-las somente com recursos disponíveis em caixa, necessitando assim vender seu estoque para a execução dos débitos.

Destaca-se ainda que como cada indicador financeiro tem um objetivo específico, a sua utilização se torna muito importante, pois juntos oferecem um conjunto de informações, as quais podem revelar problemas graves tais como; excesso de recursos investidos em estoques, faturamento inferior ao valor das despesas, a falta de planejamento quanto à captação de recursos externos, a falta de capital de giro, enfim, podem denunciar uma má gestão originada pela falta de conhecimento. No entanto, apesar de não haver dúvidas quanto à relevância dessas análises, a realidade é que muitas empresas ainda não fazem uso dessas técnicas que muito podem contribuir para a sua estabilidade financeira. Nesta perspectiva, esta pesquisa foi desenvolvida na intenção de encontrar respostas para o seguinte questionamento:

Como os indicadores levantados por meio das demonstrações contábeis podem contribuir para o controle financeiro das empresas?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho teve como objetivo principal apresentar alguns indicadores econômico-financeiros que podem ser utilizados como instrumento de tomada de decisão para uma pequena empresa.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- evidenciar os principais conceitos envolvidos nas análises das demonstrações contábeis, na perspectiva de vários autores;
- levantar as demonstrações contábeis de dois anos para realizar a comparação entre os dados;
- calcular para os dois anos os seguintes indicadores: índices de liquidez, estrutura de capital, índices de rentabilidade e indicadores de atividades;
- desenvolver análises horizontal e vertical dos demonstrativos utilizados.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando demonstrativos contábeis disponibilizados em obras consultadas. Embora tenha trabalhado com demonstrativos contábeis bibliográficos, a intenção foi mostrar a variedade de informações que os indicadores econômico-financeiros calculados, podem fornecer ao gestor, de forma a contribuir para a tomada de decisão.

1.5 JUSTIFICATIVA

A realização desta pesquisa se justifica devido a necessidade de demonstrar a todos os interessados, mas principalmente as empresas de pequeno porte o quanto necessária e positiva pode vir a ser a aplicação das análises financeiras.

É fato que com a expansão da concorrência torna-se cada vez mais difícil para uma empresa alcançar equilíbrio financeiro. E esta constatação deve estimular as empresas a utilizar os indicadores fornecidos pela análise das demonstrações contábeis como informações para a tomada de decisão. A necessidade da utilização dessas análises é cada vez maior, tendo em vista, que estas, são verdadeiras aliadas, e que se utilizadas e interpretadas da forma correta, podem contribuir para expandir os rendimentos da empresa, medir a capacidade financeira e assim orientar quanto às decisões futuras.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho foi realizado por meio de cinco capítulos considerados essenciais, sendo que o primeiro deles refere-se à introdução, contextualização, problematização, objetivos gerais e específicos, delimitação da pesquisa e a justificativa.

No segundo capítulo foi desenvolvido o referencial teórico que aborda os seguintes tópicos: Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Contabilidade, Análise das Demonstrações Contábeis, Indicadores Econômico -Financeiros, Índices de Liquidez, Indicadores da estrutura de capital, Índices de Rentabilidade, Índices de Atividade, Análise Horizontal e Vertical, todos fundamentados por diversos autores.

O terceiro capítulo trata da metodologia adotada; discorre sobre o tipo de pesquisa e os procedimentos que foram aplicados.

No quarto capítulo foi realizada a análise de dados bibliográficos, demonstrando os resultados obtidos.

E por fim no quinto capítulo foi desenvolvida a conclusão da pesquisa evidenciando a relevância dos índices para as pequenas empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

Denominam-se Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP as empresas que dispõem de um capital considerado restrito para realizarem suas atividades econômicas e financeiras. Sendo que o porte é determinado de acordo com a receita bruta auferida anualmente, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/06:

QUADRO 1

Porte das empresas por receita bruta

Classificação da Empresa	Receita Bruta
Microempresa – ME	Até R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte – EPP	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

Fonte: Lei Complementar 123/06

Ainda quanto à classificação do porte das empresas, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, de Santa Catarina, considera também o critério de número de empregados apresentado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins bancários, de exportação e muitos outros. No entanto, cabe ressaltar que para fins legais, prevalece unicamente o que determina a lei nº 123/06.

Para que se possa visualizar, o SEBRAE de Santa Catarina apresenta a classificação fornecida pelo IBGE, conforme QUADRO 2.

QUADRO 2

Critério por número de empregados para as indústrias de acordo com o SEBRAE/SC:

Classificação da Empresa	Número de Empregados
Microempresa	Até 19 empregados
Empresa de Pequeno Porte	De 20 a 99 empregados
Médio Porte	De 100 a 499 empregados
Grande Porte	Mais de 500 empregados

Fonte: Sebrae/SC (2012)

QUADRO 3

Critério por número de empregados para Comércio e Serviços de acordo com o SEBRAE/SC

Classificação da Empresa	Número de Empregados
Microempresa	Até 9 empregados
Empresa de Pequeno Porte	De 10 a 49 empregados
Médio Porte	De 50 a 99 empregados
Grande Porte	Mais de 100 empregados

Fonte: Sebrae/SC (2012).

Conforme se pode notar no QUADRO 3, as micro e pequenas empresas trabalham com capital de giro menor e com um número de empregados inferior ao das médias e grandes empresas, entretanto, considera-se que são elas quem compõem a maior parte do setor econômico do país.

Em consonância com pesquisa executada pelo SEBRAE em 2006, Gabriel (2009) alega que as ME e EPP respondem por 98% do mercado empresarial

brasileiro e respondem também por mais de 20% do PIB – Produto Interno Bruto, responsável por demonstrar a soma de todos os bens e serviços desenvolvidos no país em determinado período.

Essa representatividade de mercado é importante tanto para os pequenos proprietários que podem aumentar seus rendimentos, como também para a sociedade em geral, que pode diminuir suas desigualdades econômicas e sociais. Porém, mesmo com relevante atuação no cenário econômico, o fato é que as ME e EPP passam por vários problemas de gestão, o principal deles é a necessidade de capital de giro para alcançar a estabilidade financeira. O ponto mais crítico de sua existência é representado pelos cinco primeiros anos de vida, de acordo com informações obtidas com pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2006, Gabriel (2009) relata que o índice de mortalidade nessa faixa etária é de mais de 50%, e desse alto índice ressalta-se que 44% referem-se especificamente a problemas econômicos.

Para que se tenha certo parâmetro Gabriel (2009) cita alguns fatores que foram identificados como causadores do insucesso das micro e pequenas empresas, em pesquisa realizada pelo SEBRAE em 2006 na cidade de São Paulo, são eles:

- 25% fecharam por falta de capital;
- 19% por falta de clientes/mercado;
- 11% por problemas de gestão;
- 11% por problemas pessoais dos proprietários;
- 9% por problemas entre os sócios;
- 7% por problemas legais;
- 6% por problemas concorrenciais.

Diante dos elementos apresentados, destaca-se que muitos destes poderiam ser evitados se as empresas tivessem uma gestão profissional, utilizando as ferramentas administrativas para a tomada de decisão. Dentre elas evidenciam-se as análises dos indicadores econômico-financeiros, que podem ser calculados com as informações trazidas nos demonstrativos contábeis. Já que dispõem de pouco capital é de suma importância que as empresas estudem as eventuais

possibilidades de adesão de recursos externos a longo prazo com juros baixos. Outro ponto relevante é a possibilidade de fazer com que seus próprios fornecedores financiem os produtos vendidos, mais especificamente, comprar com um período de tempo maior e vender com um prazo razoável. Este seria um diferencial capaz de impulsionar à empresa a frente de seus concorrentes.

Na atual conjuntura, realizar análises financeiras é de grande relevância para as ME e EPP, porque proporciona aos gestores a possibilidade de evitar muitos problemas gerenciais. Nesta pesquisa por meio de dados bibliográficos foi avaliado como as análises financeiras podem influenciar positivamente na gestão de uma ME ou EPP.

2.2 CONTABILIDADE

A contabilidade é um sistema que tem como objetivo manter registradas todas as operações financeiras e assim servir de eficiente forma de controle e informação para seus eventuais usuários.

Na concepção de Gouveia (2001, p. 01), a contabilidade é definida como um:

Sistema muito bem idealizado que permite registrar as transações de uma entidade que possam ser expressas em termos monetários e informar os reflexos dessas transações na situação econômico-financeira dessa entidade em uma determinada data. (GOUVEIA, 2001, p. 01)

Na oportunidade deve-se ressaltar ainda que a contabilidade é diversas vezes determinada como sistema, técnica e também como ciência, contudo, suas definições sempre deixam claro que seu objetivo principal relaciona-se diretamente com a finalidade de controlar os bens das empresas ou até mesmo das pessoas físicas. Pode-se notar essa afirmação no conceito de Ribeiro (2009, p. 10) que descreve a contabilidade como: “uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do Patrimônio das empresas”.

Perante esta afirmativa tornar-se visível que seu objetivo primordial é avaliar e registrar o patrimônio de qualquer tipo de entidade seja ela com fins lucrativos ou

não, sendo dessa maneira uma ferramenta de importância indispensável para que o gestor possa desenvolver seu trabalho com excelência.

Todas as pessoas que necessitam e utilizam as informações contábeis, para controle e movimentação de seu patrimônio, podem ser consideradas usuários da contabilidade. Essa é a perspectiva de Ribeiro (2005, p.5), que complementa sua definição dizendo que os usuários também podem ser:

Aqueles que, direta ou indiretamente, tenham interesse nesse controle; na apuração de resultados; na avaliação da situação patrimonial, econômica e financeira; na análise de desempenho e desenvolvimento da entidade, como titulares (empresas individuais), sócios, acionistas. (RIBEIRO, 2005, p.5),

Logo é correto afirmar que os usuários da contabilidade são pessoas físicas ou jurídicas que, não necessariamente, precisam estar diretamente ligadas à empresa e sim ter qualquer tipo de interesse na vida financeira da mesma, podendo ser governos, bancos, e outros.

2.2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis devem ser elaboradas ao final de cada exercício social de forma a representar a situação patrimonial e financeira da empresa em determinada data. Silva (2007, p.26) informa que as principais normas brasileiras que fundamentam a publicação das demonstrações contábeis, são:

- Lei 6.404/1976 – Lei das Sociedades Anônimas (LSA);
- Resolução CFC nº 686/1990 (NBC T 3 – Conceito, conteúdo e nomenclatura das demonstrações contábeis);
- Lei nº 10.406/2002 – novo Código Civil (NCC);
- Deliberação nº 488/2005, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que aprova a NPC nº 27, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), estabelecendo os critérios para apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis.

Nesta perspectiva, o artigo 176 da lei 6.404/76, alterado pela lei 11.638/07 mostra as demonstrações contábeis que são obrigatórias: “Balanço Patrimonial,

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e se companhia aberta Demonstração do Valor Adicionado”. No entanto, destaca-se que para fins de análise todas as demonstrações são relevantes, independentemente de serem obrigatórias, pois todas podem fornecer informações complementares a análise.

Iudícibus (2008, p. 26) traz que as demonstrações contábeis ou “Relatório Contábil é a exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade, em determinado período”. Embora o autor as caracterize como uma “exposição resumida dos fatos contábeis”, as demonstrações são muitas vezes consideradas complexas aos olhos de muitos gestores, principalmente de pequenas empresas, que na maioria das vezes são empresas familiares, que passam de geração em geração, sem buscar qualquer tipo de preparação profissional.

Devido a este fato, apenas a elaboração das demonstrações contábeis não é suficiente para prestar informações que possam garantir o bom desempenho da empresa é necessário que os gestores realizem um estudo mais aprofundado dessas demonstrações, utilizando os indicadores das análises para obter maiores informações e projetar suas decisões futuras.

Em síntese serão aqui apresentadas algumas demonstrações:

2.2.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço patrimonial é a figura estática da real situação patrimonial em que se encontra determinada empresa em uma dada ocasião. Entre as demonstrações contábeis é considerado como a peça mestre, porque possibilita ao usuário o poder de comparar o patrimônio da empresa em datas distintas. Szuster (2008, p.49) ainda relata que o Balanço Patrimonial (BP) “evidencia a situação patrimonial da entidade em determinado momento, ou seja, apresenta a estrutura patrimonial como uma fotografia dos bens, direitos e obrigações de uma entidade em determinada data”.

No lado esquerdo do Balanço constam as informações referentes aos bens e direitos da empresa que são correspondentes ao Ativo e no lado direito estão às obrigações representadas pelo Passivo, sendo que no referido lado situa-se também a diferença entre o Ativo e o Passivo, que é denominado de Patrimônio Líquido,

sendo composto por capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Sua estrutura é determinada pela NBC T 3.2, aprovada pela Resolução CFC 686/1990.

Observa-se que recentemente a lei 11.941/09, alterou a lei 11.638/07 e trouxe modificações muito consideráveis para a estrutura do balanço, promovendo assim uma maior padronização dos elementos do patrimônio da empresa.

2.2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

A DRE é a exposição do resultado das movimentações de uma empresa em determinado período, visa apurar se a entidade obteve lucro ou prejuízo. Conforme dito por Szuster, (2008, p.49) a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE ou DEREX: “mensura a riqueza gerada pela entidade para o acionista, evidenciando as receitas e as despesas de determinado período, isto é, demonstra o lucro líquido (ou resultado contábil) que, em última análise, pertence aos acionistas”.

É portanto, o enfrentamento das receitas e das despesas. Silva (2007, p.32) define que “na determinação do resultado do exercício deverá ser observado o princípio contábil da competência de exercícios para o registro das receitas e despesas”. Ou seja, nesta apuração devem-se considerar todas as receitas e despesas mesmo que não tenham sido efetivamente realizadas em caixa.

Sua estrutura é determinada pela NBC T 3.3, aprovada pela Resolução CFC 686/1990.

2.2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR

Esta demonstração traz as alterações que ocorreram no Capital Circulante Líquido, mostrando as informações referentes às suas origens e aplicações. As palavras de Silva (2007, p.35) relatam que “A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) tem como objetivo apresentar os fluxos financeiros

que aumentaram ou reduziram o Capital Circulante Líquido (CCL) ao longo do exercício, indicando suas origens e aplicações”.

Preocupa-se em saber como os fundos foram utilizados e de onde se originaram, demonstrando toda a movimentação que foi realizada.

Para um maior entendimento, pode-se reconhecer as origens como sendo os financiamentos de recursos registrados no passivo e as aplicações como os investimentos registrados no ativo, ou seja, onde foram depositados os recursos, podendo ser nos estoques, bancos, caixas etc.

Deve-se salientar ainda que com o surgimento da lei 11.638/07, a obrigatoriedade da elaboração da DOAR foi extinta, e ela passou a ser substituída pela DFC.

2.2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA) OU DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

A DLPA é regida pela lei 6.404/76 e posterior alteração da lei 11.638/07, refere-se a situação da empresa quanto ao destino do resultado líquido obtido em dado período de tempo. Trata da demonstração da distribuição do resultado líquido de cada exercício. Observa-se que com a vigência da lei 11.638/07 todos os lucros deverão ser distribuídos, assim a DLPA ganha importância.

Em relação à DMPL, Assaf Neto (2007, p.101) conceitua que:

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um demonstrativo contábil mais abrangente que a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, podendo a sociedade optar por sua elaboração ou não. A Demonstração das Mutações Patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimos e diminuições) verificados no exercício (ASSAF NETO, 2007, p. 101).

Dessa forma, entende-se que ao passo que DLPA preocupa-se preferencialmente com as contas de lucros ou prejuízos, a DMPL visa demonstrar as alterações ocorridas em cada conta do Patrimônio Líquido, portanto é uma demonstração mais rica em detalhes. Por isso, apesar dela não ser uma demonstração obrigatória, se for apresentada pode substituir a DLPA.

2.2.1.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A DFC visa demonstrar as operações financeiras da empresa que ocorreram no curto prazo, direcionando sua atenção apenas às disponibilidades. Conforme dito por Szuster, (2008, p.50) a Demonstração do Fluxo de Caixa “evidencia as transformações no caixa e equivalentes de caixa, ou seja, caixa, bancos e aplicações financeiras disponíveis em 90 dias”.

A DFC distingue-se da DOAR devido ao fato desta última fazer referência à totalidade das variações ocorridas ao longo do exercício, enquanto que a DFC refere-se apenas às alterações ocorridas no disponível da empresa.

2.2.1.6 AJUSTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA FINS DE ANÁLISE

Embora as demonstrações contábeis sejam diversas e cada uma delas tenha o seu grau de relevância a pesquisa em destaque trabalhou somente com a interpretação de dados bibliográficos fornecidos pelo Balanço Patrimonial (BP,) que mostra a situação patrimonial da empresa em determinada data e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que apresenta o resultado gerado com o desenvolvimento das atividades, isto é, informa se a empresa gerou lucro ou prejuízo com sua dinâmica.

Destaque-se que para que as informações emitidas sejam coerentes com a realidade da data atual é preciso que se faça a atualização das informações contábeis. Em resumo, para que os dados de um ano possam ser comparados com outros anos de forma confiável deverá haver a adaptação baseada nos índices inflacionários.

Conforme Perez Jr. e Begalli, (2009, p. 243): “para possibilitar a comparabilidade das demonstrações contábeis de vários períodos é necessário ajustá-las para reconhecer o efeito inflacionário”. O índice a ser usado para tal ajuste pode ser “selecionado pelo analista de acordo com seu critério, podendo ser

escolhido o índice de inflação setorial, o índice oficial da inflação, a variação cambial ou qualquer outro tido como mais adequado”.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Análise das demonstrações contábeis é uma técnica da área contábil que visa beneficiar seus usuários com o exercício da informação. Silva (2007, p.4) define:

A Análise das Demonstrações Contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas a apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica) (SILVA, 2007, p.4).

Dessa forma pode-se dizer que a análise das demonstrações contábeis pode formar um tripé de informações referente à situação financeira, patrimonial e econômica, mais precisamente significa dizer que proporciona informações sobre a capacidade de pagamento, estrutura do patrimônio e a capacidade de geração de lucros. É importante destacar ainda que através dos vários indicadores a análise financeira pode detectar eventuais problemas, mas ela não necessariamente garante que os mesmos sejam solucionados. A possível solução depende da maneira como seus usuários irão reagir diante das informações obtidas com as análises.

Devido a sua importância, as análises das demonstrações contábeis são utilizadas por um público muito abrangente, não se restringindo apenas aos proprietários das empresas, mas envolvendo também, outras esferas do setor econômico.

Silva (2007, p.7) define os usuários das demonstrações contábeis como sendo:

- usuários internos: sócios e gestores;
- usuários externos: instituições financeiras, fornecedores em geral, investidores, comissão de valores mobiliários, poder judiciário, fiscalização tributária, comissões de licitação.

Esta definição apenas comprova o quão amplo é o universo dos usuários das análises das demonstrações contábeis. Na FIG. 1 Perez Jr. e Begalli, (2009, p. 240) ilustram como estão divididos os dois grandes grupos de usuários em relação à empresa.

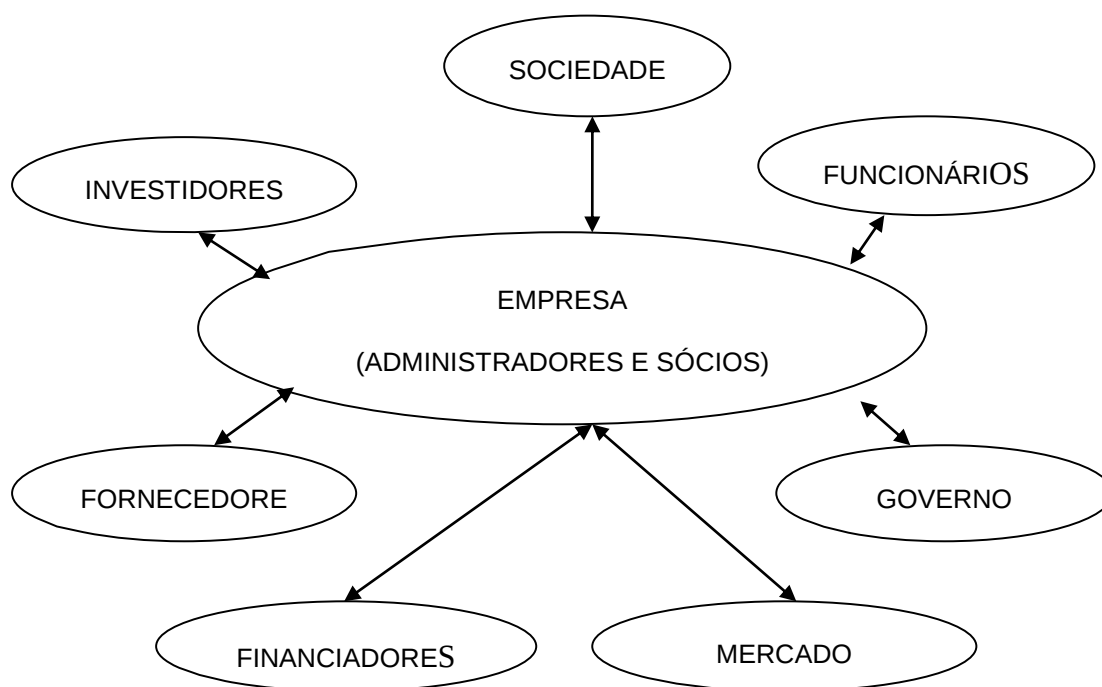


FIGURA 1 - Usuários Internos e Externos

Fonte: Perez Jr. e Begalli, (2009, p.240)

2.4 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Através das contas das demonstrações contábeis é possível avaliar vários índices, cada um sendo responsável por oferecer informações específicas no aspecto contábil, mostrando os pontos positivos e negativos da empresa em análise. Conforme citado por Perez Junior e Begalli (2009, p. 250) “Índice é a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa a evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa”.

A finalidade da análise pode ser uma dentre muitas, sendo assim, de acordo com o interesse da análise é que o analista vai decidir qual índice deve ser apurado. Perez Junior e Begalli (2009, p. 252) mostram os principais indicadores e seus respectivos objetivos:

QUADRO 4
Principais indicadores econômico-financeiros

Objetivo da análise	Principais Indicadores
Concessão de crédito	Liquidez e endividamento
Compra de ações da empresa	Rentabilidade
Análise de desempenho	Atividade e desempenho
Análise de capital de giro	Endividamento
Atuação comercial	Mercado

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 252)

A título de informação, nesta pesquisa foram aplicados apenas os índices de liquidez, endividamento, rentabilidade e atividade.

2.4.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez possibilitam saber como está o grau de solvência da empresa, ou seja, com eles torna-se possível verificar se a empresa possui solidez financeira para saldar seus compromissos. Assaf Neto (2007, p. 189) afirma que “os índices de liquidez evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros”.

Deve-se observar ainda que os mesmos podem mensurar a capacidade de pagamento a longo prazo, curto prazo e prazo imediato, sendo que quanto maior for este índice melhor será a condição da empresa frente seus credores.

2.4.1.1 INDICADOR DE LIQUIDEZ IMEDIATA

O índice de liquidez imediata se refere à capacidade da empresa pagar seus compromissos de curto prazo instantaneamente, em resumo, mede a capacidade de pagamento com relação a suas disponibilidades. E para corroborar com estas palavras, Assaf Neto (2007, p. 190) afirma que a liquidez imediata “revela a

porcentagem das dívidas de curto prazo (circulante) em condições de serem liquidadas imediatamente”.

QUADRO 5

Índice de liquidez imediata - fórmula e interpretação

Índice de Liquidez Imediata - LI	<u>Disponibilidades</u> Passivo Circulante
Interpretação	LI maior que 1, por exemplo 1,2, significa que a empresa dispõe de R\$ 1,20 de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo. LI menor que 1, por exemplo 0,8, significa que a empresa dispõe apenas de R\$ 0,80 de disponibilidades para cada R\$ 1,00 de obrigações em curto prazo.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 259)

2.4.1.2 INDICADOR DE LIQUIDEZ GERAL

Conforme Reis (2009, p. 334) “o índice de liquidez geral não faz restrição de prazo. Compara todas as dívidas (de curto e longo prazo) com a soma de todos os valores disponíveis e realizáveis em qualquer prazo”. Este retrata a saúde financeira da empresa, em relação a sua liquidez total.

Segundo Assaf Neto (2007, p. 191) “esse indicador revela a liquidez, tanto a curto como a longo prazo. De cada \$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto existe de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo”.

Com este indicador é possível verificar quanto à empresa disponibiliza de recursos de curto e longo prazo para pagar todos seus compromissos, estando incluso neste caso tanto os de curto quanto os de longo prazo.

QUADRO 6
Índice de liquidez geral - fórmula e interpretação

Índice de Liquidez Geral - LG	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Interpretação	LG maior que 1, por exemplo 1,2, significa que para cada R\$ 1,20 aplicado no ativo realizável a empresa captou R\$ 1,00 de capital de terceiros. Significa que a empresa opera com capital de giro próprio. LG menor que 1, por exemplo 0,8, significa que para cada R\$ 0,80 de direitos a empresa tem R\$ 1,00 de dívidas. Nesse caso, o capital de giro é de terceiros.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 258)

2.4.1.3 INDICADOR DE LIQUIDEZ CORRENTE

Este quociente conta quantos reais a empresa dispõe no momento e quanto tem de recursos que poderão ser transformados em dinheiro imediatamente, no caso de haver a necessidade de pagar dívidas de curto prazo.

Nesta perspectiva Assaf Neto (2007, p. 190) afirma que “a liquidez corrente indica o quanto existe de ativo circulante para cada \$ 1 de dívida a curto prazo”.

Assim sendo, pode-se afirmar que este indicador refere-se ao valor que a empresa tem em disponível e em recursos que poderão se converter em dinheiro rapidamente, para que os compromissos de curto prazo possam ser cumpridos em tempo hábil.

QUADRO 7
Índice de liquidez corrente - fórmula e interpretação

Índice de Liquidez Corrente - LC	<u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante
Interpretação	LC maior que 1, por exemplo 1,2, significa que para cada R\$ 1,20 aplicado no ativo circulante a empresa captou R\$ 1,00 de capital de terceiros a curto prazo. Significa que a empresa opera com capital circulante líquido próprio. LC menor que 1, por exemplo 0,8, significa que para cada R\$ 0,80 de direitos realizáveis a curto prazo a empresa tem R\$ 1,00 de dívidas a curto prazo. Nesse caso, o capital circulante líquido é de terceiros.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 258)

2.4.1.4 INDICADOR DE LIQUIDEZ SECA

Este indicador faz referência à capacidade que a empresa tem de pagar seus compromissos de curto prazo em dia, sem precisar vender o estoque. Do ponto de vista de Assaf Neto (2007, p. 190):

O quociente demonstra a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante. Essencialmente, a liquidez seca determina a capacidade de curto prazo de pagamento da empresa mediante a utilização das contas do disponível e valores a receber (ASSAF NETO, 2007, p. 190).

Cite-se que se este índice apresentar uma porcentagem alta significará um resultado positivo para a empresa, pois estará indicando quanto de suas dívidas a

empresa poderá pagar utilizando somente o disponível e as duplicatas a receber, não necessitando recorrer a venda de estoque para honrar com seus compromissos.

QUADRO 8
Índice de liquidez seca - fórmula e interpretação

Índice de Liquidez Seca - LS	<u>Ativo Circulante – Estoques</u> Passivo Circulante
Interpretação	LS maior que 1, por exemplo 1,2, significa que, mesmo sem os estoques, a empresa dispõe de R\$ 1,20 de direitos para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo. LS menor que 1, por exemplo 0,8, significa que, sem os estoques, a empresa dispõe apenas de R\$ 0,80 de direitos para cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 259)

2.4.2 INDICADORES DA ESTRUTURA DE CAPITAL

Mede o endividamento da empresa, com quantos de capital de terceiros a empresa trabalha. Segundo Iudícibus (2007, p. 94) “estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros”. Os mesmos são de muita importância, já que revelam o nível de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros.

Observa-se que quanto maior for a interferência de capital de terceiros maior será o grau de endividamento da empresa, portanto, quanto menor for o resultado apresentado pelo índice, melhor.

2.4.2.1 NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Este índice visa demonstrar o quanto está sendo empregado de capital externo, ou seja, com a sua aplicação tem-se a possibilidade de medir com precisão qual é o valor do capital de terceiros que está sendo utilizado e quanto representa o capital próprio da empresa.

Conforme citado por Silva (2007, p. 110) “os capitais de terceiros compreendem o somatório do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, representando, portanto, o endividamento da empresa”.

Com tal índice é possível constatar quanto a empresa tem de dívida, e quanto tem de capital próprio. Silva *apud* Matarazzo (2007, p. 110) sinalizam que “pode ser vantajoso trabalhar com capitais de terceiros desde que seu custo seja inferior ao lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios”. Desse modo, torna-se importante observar que se o capital de terceiros utilizado representar um montante considerável, não significa necessariamente que a empresa está em declínio financeiro, pois trabalhar com capital de terceiros pode ser considerado vantajoso para a empresa, desde que estas operações sejam realizadas com juros baixos, e que as despesas sejam inferiores ao lucro obtido.

QUADRO 9

Nível de endividamento - fórmula e interpretação

Nível de Endividamento (NE)	$\frac{\text{Capital de Terceiro}}{\text{Capitais Próprios ou Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$ Patrimônio Líquido
Interpretação	NE maior que 1, por exemplo 1,2, significa que para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa captou

	R\$ 1,20 de capital de terceiros. NE menor que 1, por exemplo 0,80, significa que para cada R\$ 1,00 de capital próprio a empresa captou R\$ 0,80 de capital de terceiros.
--	--

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253)

2.4.2.2 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Este índice retrata o quanto a empresa tem de débito, de imediato, ou seja, representa a parcela que se vence a curto prazo, mediante o endividamento total da empresa. Silva (2007, p. 111) corrobora afirmando que “através desta análise é possível mensurar o volume de dívidas da empresa com vencimento no curto prazo em relação a dívida total”. E conforme observado por Braga (2011, p. 155) “uma participação muito elevada de dívidas a curto prazo pode indicar iminente aperto financeiro”.

QUADRO 10

Composição do endividamento - fórmula e interpretação

Composição do endividamento – CE	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}} \times 100$ ou $\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$
Interpretação	Esse indicador aritmeticamente fica entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, por exemplo 0,7, maior concentração das dívidas no curto prazo, pois para cada R\$ 1,00 de dívidas totais, R\$ 0,70 vencem no curto prazo.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 253)

2.4.2.3 DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Assaf Neto (2007, p. 165) afirma que o indicador de dependência financeira "revela a dependência da empresa com relação a suas exigibilidades totais, isto é, do montante investido em seus ativos, qual a participação dos recursos de terceiros". Representa-se na seguinte fórmula.

QUADRO 11

Dependência Financeira - fórmula e interpretação

Dependência Financeira - DF	$\frac{\text{Passivo Total}}{\text{Ativo Total}}$
Interpretação	Mostra qual é a participação dos recursos externos em relação aos investimentos no ativo total.

Fonte: Autora da pesquisa

2.4.2.4 INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Assaf Neto (2007, p.166) traz que a independência financeira (patrimônio líquido/ativo total) indica o nível de independência da empresa com relação aos capitais de terceiros. "Quanto maior o quociente de independência, maior a garantia oferecida pela empresa aos seus credores pelo maior uso de recursos próprios".

QUADRO 12

Independência Financeira - fórmula e interpretação

Independência Financeira – IF	$\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Interpretação	Mostra qual é a participação dos recursos próprios. Quanto maior, melhor.

Fonte: Autora da pesquisa

2.4.3 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O indicador de imobilização do patrimônio líquido se refere ao investimento que a empresa faz no ativo permanente.

Silva (2007, p. 112) explica que:

Quanto mais uma empresa investir no Ativo Permanente, mais ela se torna dependente de capitais de terceiros para o seu capital de giro. A análise deste índice possibilita a identificação de quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente, revelando assim o volume de Capital Circulante Próprio (SILVA, 2007, p. 112).

É válido ressaltar que quanto mais uma empresa investe no ativo permanente menos recursos ela terá disponível para compor seu capital de giro, daí surge a necessidade, por parte dos gestores, de valer-se do benefício do bom senso para ponderar seus investimentos e consequentemente não ficar sem recursos disponíveis para a realização de suas atividades.

QUADRO 13

Imobilização do Patrimônio Líquido - fórmula e interpretação

Imobilização do Patrimônio Líquido - IPL	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$
Interpretação	IPL maior que 1, por exemplo 1,2, significa que, para cada R\$ 1,20 aplicados no imobilizado e no intangível, R\$ 1,00 foi originado do capital próprio e R\$ 0,20 de terceiros indicam que a empresa opera com capital de giro de terceiros. IPL menor que 1, por exemplo 0,7 significa que para cada R\$ 1,00 originado do capital próprio R\$ 0,70 estão aplicados no imobilizado e no intangível e R\$ 0,30 no ativo realizável, indicando que a empresa opera com capital de giro próprio.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 254)

2.4.4 IMOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS NÃO CORRENTES

O referido índice é apurado pela relação entre o ativo permanente e o passivo permanente, permite uma melhor visualização de quanto a empresa possui de Capital Circulante Próprio. Segundo Silva (2007, p. 112) “através da análise deste índice é possível identificar quanto dos Recursos não Correntes da empresa (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo) está aplicado no Ativo Permanente”. Em outras palavras é a possibilidade de verificar quanto a empresa tem de recursos próprios para bancar suas movimentações do dia a dia.

QUADRO 14

Imobilização dos Recursos Não Correntes - fórmula e interpretação

Imobilização dos Recursos Não Correntes - IRNC	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{PL} + \text{ELP}} \times 100$
Interpretação	IRNC maior que 1, por exemplo 1,2, significa que para cada R\$ 1,20 aplicado no imobilizado e no intangível, R\$ 1,00 foi originado de capitais de longo prazo e R\$ 0,20 de capitais de curto prazo, indicando que a empresa esta financiando parte de seu ativo de recuperação a longo prazo com recursos que vencerão a curto prazo. Não é uma boa situação. IRNC menor que 1, por exemplo 0,7, significa que para cada R\$ 1,00 originado de capitais de longo prazo, R\$ 0,70 estão aplicados em imobilizado e intangível de recuperação a longo prazo e R\$ 0,30 estão aplicados em ativos de giro de curto e longo prazo. É uma boa situação.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 254)

2.4.6 INDICADORES DE RENTABILIDADE

Trata-se da capacidade de uma determinada empresa conseguir gerar resultados positivos por meio de todas as suas aplicações, estando inclusos neste caso tanto os recursos próprios como também os de terceiros.

Conforme retratado por Silva (2007, p. 113) esta análise busca a “identificação do retorno sobre o investimento total, o retorno sobre as vendas e o retorno sobre o capital próprio, portanto, uma avaliação não apenas da produtividade, mas, sobretudo da lucratividade do negócio”.

Sendo importante ainda frisar que os índices de rentabilidade visam mensurar a rentabilidade obtida pela empresa, isto significa dizer que indicam a porcentagem da remuneração dos recursos aplicados. As palavras de Reis (2009, p. 288) esclarecem que “os índices de rentabilidade medem a capacidade de produzir lucro de todo o capital investido nos negócios (próprios e de terceiros), enquanto os de remuneração medem o ganho, ou, como o próprio nome diz a remuneração obtida pelo capital próprio”.

2.4.6.1 INDICADOR DE RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme citado por Perez Junior e Begalli (2009, p. 262), o indicador de rentabilidade do patrimônio Líquido “indica o retorno sobre o capital investido pelos sócios acionistas, cotistas e proprietários”. Com este, torna-se possível que os sócios tenham ciência do lucro obtido com relação aos investimentos que fizeram.

Matarazzo (2008, p.181) traz que “o papel do índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é mostrar qual a taxa de rendimento do Capital Próprio”. Dessa forma o gestor poderá saber se realmente está sendo vantajoso aplicar tal recurso em determinado investimento.

QUADRO 15
Indicador de Rentabilidade do patrimônio Líquido - fórmula e interpretação

Indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido – IRPL	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL Médio ou Total}} \times 100$
Interpretação	Indica o rendimento de cada Real investido na empresa por seus sócios. Por exemplo, RLP igual a 0,8 indica que cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido teve R\$ 0,80 de retorno, ou seja, 80%. O índice satisfatório dependerá da expectativa do investidor e da média do setor.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 262)

2.4.6.2 INDICADOR DE RENTABILIDADE DO ATIVO TOTAL

Segundo Perez Junior e Begalli (2009, p. 262) o indicador de rentabilidade do ativo total "Indica o retorno sobre o Ativo Total independente de sua procedência, seja dos proprietários (Capital Próprio), das operações da empresa ou de terceiros (Capital de Terceiros)". Diante disso, entende-se que este indicador mede a renda obtida dos recursos que são administrados pela empresa, sendo irrelevante a fonte destes recursos. Ressalte-se que quanto maior for este índice, melhor para a empresa, pois significa dizer que a empresa está aumentando seus lucros e consequentemente adquirindo estabilidade financeira, uma vez que este é seu principal objetivo.

QUADRO 16**Indicador de Rentabilidade do Ativo Total - fórmula e interpretação**

Indicador de Rentabilidade do Ativo Total - RAT	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio ou Total}} \times 100$
Interpretação	Indica o rendimento de cada Real investido na empresa. Por exemplo, RAT igual a 0,8 indica que cada R\$ 1,00 de ativo total durante o exercício teve R\$ 0,80 de retorno, ou seja, 80%. O índice satisfatório dependerá da expectativa do investidor e da media do setor.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 263)

2.4.6.3 MARGEM BRUTA

Perez Junior e Begalli (2009, p. 263) esclarecem que a margem bruta "[...] Indica o percentual que o lucro bruto representa das vendas líquidas de impostos (de vendas) e devoluções". O resultado deste indicador é obtido através da diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das vendas.

QUADRO 17**Margem Bruta - fórmula e interpretação**

Margem Bruta - MB	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$
Interpretação	A margem bruta é a diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das vendas. Os indicadores adequados dependem do ramo de atividades.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 264)

2.4.6.4 MARGEM LÍQUIDA

Este índice relaciona-se ao ganho no preço. Conforme citado por Silva (2007, p. 114) “também conhecido como retorno sobre as vendas, este índice compara o Lucro Líquido em relação às Vendas Líquidas do período, apresentando o percentual de lucratividade gerado”. Sendo que quanto maior for o seu grau de elevação, mais positivo será para a empresa.

Na perspectiva de Braga (2011, p. 164) a margem líquida “revela o percentual da receita operacional líquida que sobrou após serem reduzidas todas as despesas e computados os resultados não operacionais, a provisão para o imposto de renda e as participações estatutárias”. Demonstra a lucro final.

QUADRO 18
Margem Líquida - fórmula e interpretação

Margem Líquida - ML	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$
Interpretação	Esta medida leva em conta inclusive o resultado não operacional e os tributos sobre o lucro e representa o que sobra da atividade da empresa no final do período. Tradicionalmente é a mais usada e é do interesse do sócio da empresa.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 264)

2.4.7 INDICADORES DE ATIVIDADES

Conforme citado por Perez Junior e Begalli (2009, p. 260) “Esse grupo de indicadores permite analisar aspectos do capital de giro da empresa através do ciclo financeiro.” Visa demonstrar a relação dos prazos médios de recebimento, pagamento e renovação dos estoques.

2.4.7.1 PRAZO MÉDIO DE ROTAÇÃO DE ESTOQUES

Este índice mostra quanto tempo os produtos ficaram parados na empresa desde o momento da compra até a sua venda. No conceito de Silva (2007, p.100) “este indicador mostra em quantos dias ou meses, em média, as mercadorias ou produtos acabados ficaram estocados na empresa antes de serem vendidos”. Tendo em vista que seu resultado varia de acordo com o ramo da empresa que está em questão, este índice deve ser muito bem analisado, pois se a empresa apresentar um prazo baixo para vender seus produtos, não necessariamente significa um ponto positivo, vez que este pode ser sinal de que a empresa está investindo pouco nos estoques, sendo o volume de compras insuficiente para satisfazer os clientes, ocasionando consequentemente a perda nas vendas, fazendo com que os clientes comprem na concorrente devido à ausência do produto nos estoques da empresa. Dessa forma somente será considerado positivo se este baixo prazo for decorrente do aumento da comercialização ou até mesmo da demanda dos produtos.

Por outro lado se a empresa apresentar um prazo muito alto para vender seus produtos, significa que ela está investindo excessivamente em estoques, ou seja, está comprando além do que a demanda exige, correndo o risco dos estoques se tornarem obsoletos. Seguramente a empresa está empregando muito recursos nos estoques e estes poderiam estar sendo mais bem utilizados, se empregado em outros investimentos.

Considerando que estocar não gera lucro, quanto menor for este índice melhor será para a empresa.

QUADRO 19

Prazo Médio de Rotação de Estoques - fórmula e interpretação

Prazo Médio de Rotação de Estoques - PMRE	(Média de estoques de mercadorias, mat. prima, <u>produtos acabados e em processo</u>) x 360 dias (Custo dos Produtos Vendidos)
Interpretação	Considerando que estocar é uma atividade que não agrega valor, esse prazo deve ser o menor possível.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 260)

2.4.7.2 PRAZO DE RECEBIMENTO DAS VENDAS – CLIENTES

Conforme definido por Silva (2007, 102) “este indicador mostra quantos dias ou meses, em média, a empresa leva para receber suas vendas. Cabe lembrar que o volume de duplicatas a receber de uma empresa decorre do montante de suas vendas a prazo e dos prazos concedidos”. Quanto maior o prazo de recebimento pior será para a empresa, o ideal seria comprar dos fornecedores com prazo consideravelmente maior e vender para os clientes a curto prazo.

QUADRO 20

Prazo de Recebimento das Vendas - fórmula e interpretação

Prazo Médio de Recebimento das Vendas – PMRV	<u>Média de duplicatas a receber</u> x 360 dias Receita Bruta de vendas a prazo
Interpretação	Indica quantos dias, em média, a empresa concede de prazo para seus clientes. Quanto maior esse prazo, maior será a necessidade de capital de giro.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 260)

2.4.7.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS COMPRAS – FORNECEDORES

Refere-se ao prazo que a empresa tem para pagar seus fornecedores. As palavras de Silva (2007, p. 102) evidenciam que:

“Este indicador mostra quantos dias ou meses, em média, a empresa leva para quitar suas dívidas junto aos seus fornecedores. Sendo assim, o prazo médio para pagamento das compras deverá ser superior aos prazos concedidos aos clientes, de forma a permitir a manutenção de um adequado nível de liquidez”. (SILVA, 2007, p.102)

Dessa forma, entende-se que para que a empresa tenha folga financeira é preciso que os fornecedores financiem as compras dos produtos, de modo que a empresa tenha a possibilidade de vender e receber de seus clientes para posteriormente pagar os fornecedores. No entanto, um dos grandes problemas da atualidade é que isso não ocorre, pois os clientes exigem prazos consideráveis em suas compras, caso contrário optam por comprar na concorrente.

QUADRO 21

Prazo de Pagamento das Compras - fórmula e interpretação

Prazo Médio de Pagamento das Compras - PMPC	$\frac{\text{Média de duplicatas a pagar}}{\text{Compras a prazo}} \times 360 \text{ dias}$
Interpretação	Indica quantos dias, em média, a empresa obtém de prazo de seus fornecedores. Quanto maior esse prazo, menor será a necessidade de capital de giro.

Fonte: Perez Junior e Begalli (2009, p. 260)

2.5 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

As análises supracitadas são adequadamente do processo de comparação, no entanto, deve-se elucidar que na análise horizontal comparam-se os resultados das contas em relação aos diferentes exercícios sociais, ou seja, trata-se de uma análise

temporal. Para corroborar com esta linha de raciocínio as palavras de Szuster (2008, p. 448) informam que:

A análise horizontal tem por finalidade verificar o comportamento do patrimônio e do resultado da entidade. É utilizada para avaliar a relação, ao longo do tempo, de cada conta das Demonstrações Contábeis entre, no mínimo, dois períodos. Os valores da Demonstração Contábil de data mais remota são tidos como base, enquanto os valores dos anos mais recentes são expressos em porcentagem, em relação ao valor do ano anterior (SZUSTER, 2008, p. 448).

Sendo assim cabe afirmar que a análise horizontal se refere a uma técnica que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em relação a cada ano, com o valor correspondente ao ano anterior tido como base. Seu principal benefício é a possibilidade de poder acompanhar e observar se os movimentos realizados em uma conta ou grupo de contas estão sendo evolutivos ou não.

Já a análise vertical utiliza-se do mesmo processo de comparação, todavia esta se relaciona a uma conta ou um grupo de contas do mesmo demonstrativo. Nas palavras de Matarazzo (2008, p. 243) pode-se comprovar que a “análise vertical baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras”. Sua principal necessidade é identificar a real importância de uma conta dentro do conjunto de contas ao qual pertence no balanço patrimonial ou estrutura da demonstração do resultado. Silva (2007, p.92) acrescenta que no Balanço Patrimonial deve-se “dividir o valor de cada conta ou grupo de contas pela totalização do ativo ou passivo, conforme o caso, multiplicando por 100, obtendo, assim, a participação de cada conta ou grupo de contas em relação ao total.” Observa-se que na análise vertical do balanço patrimonial deve-se calcular o percentual de cada conta tendo como base o total do ativo ou do passivo. Ainda segundo Silva (2007, p.92) na realização da análise vertical da DRE deve-se “dividir o valor de cada item (ou parcela) da demonstração pelo valor da Receita Operacional Líquida (ou Bruta) e multiplicar por 100, obtendo assim a participação de conta na formação do resultado”. Na análise vertical da DRE pode-se ter como base tanto a receita líquida quanto também a receita bruta.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é um processo que permite descobrir algo a respeito de certo assunto. Segundo Leite *apud* Rúdio (2008, p.45) pesquisa científica "é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento". Neste trabalho a atividade principal foi demonstrar a variedade de informações que uma análise financeira pode trazer para a empresa.

Do ponto de vista da concepção esta pesquisa se caracteriza como pesquisa exploratória. Segundo Severino (2009, p.123) "A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto". Neste sentido o presente trabalho buscou trazer as informações reveladas por meio dos indicadores utilizados em uma análise financeira de uma ME ou EPP.

Pela análise dos dados, esta pesquisa é de cunho qualitativo, que segundo Richardson *et al* (1999, p. 90) *apud* Lakatos e Marconi (2004, p. 271) "pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos".

A pesquisa também é bibliográfica, pois utilizou referências teóricas publicadas em documentos, que conforme relatam Cervo e Bervian (2002), é o ato de buscar conhecer e analisar contribuições de outros autores sobre um determinado assunto.

3.1 COLETA DOS DADOS

Para a execução deste trabalho foram utilizados dados bibliográficos tais como livros, artigos, e também se realizou pesquisas em sites e leis eletrônicas. Vale esclarecer que devido à dificuldade enfrentada pela autora em ter acesso a dados reais de demonstrações contábeis de ME ou EPP, para fins meramente exemplificativos, foram adaptados os modelos retirados do livro Perez Junior e Begalli (2009, p. 114 - 116), do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. Ressalta-se também que para que a veracidade dos resultados obtidos pelos índices não fosse prejudicada, foi necessário realizar a

atualização dos dados do ano de 2010 com base no INPC – Índice Nacional de Preços do Consumidor. A atualização foi feita de acordo com o índice de 6.47%.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização da análise foram utilizados o QUADRO 22 que traz os dados constantes do Balanço Patrimonial e o QUADRO 23 da Demonstração do Resultado do Exercício, dos anos de 2010 e 2011, os quais foram analisados e comparados entre si. Foram apurados alguns indicadores econômicos financeiros tidos como mais relevantes para as ME e EPP, sendo eles os índices de liquidez - liquidez imediata, liquidez corrente, liquidez seca, liquidez geral, os índices de estrutura de capital - nível de endividamento, composição do endividamento, dependência financeira, independência financeira, imobilização do patrimônio líquido, imobilização dos recursos não correntes; índices de rentabilidade - indicador de rentabilidade do patrimônio líquido, indicador de rentabilidade do ativo total, margem bruta e margem líquida, índices de atividades; prazo médio de rotação de estoques, prazo médio de recebimento das vendas, prazo médio de pagamento das compras.

E por fim foi desenvolvida a análise horizontal e vertical dos demonstrativos utilizados.

3.3 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização deste trabalho foram utilizados dois demonstrativos contábeis, sendo eles a DRE e o Balanço Patrimonial, no entanto salienta-se que para a obtenção de resultados mais aprofundados recomenda-se também a análise dos dados de outras demonstrações contábeis.

Deve-se observar que os dados pertinentes utilizados na realização de uma análise variam de acordo com o porte e o ramo de atividade da empresa, cabendo ao analista definir quais os índices mais adequados. Diante disso, este trabalho levantou os dados avaliados como de maior relevância para o porte da empresa em questão. Destaca-se ainda que a análise realizada simplesmente exibiu uma

situação exemplificativa, portanto seus indicadores e consequentes resultados não podem ser generalizados como resultados decisivos para todas as ME e EPP.

4 ANÁLISE E RESULTADOS

Para atender ao propósito da pesquisa o QUADRO 22 mostra os dados do Balanço patrimonial do ano de 2010 e 2011, sendo que o ano de 2010 foi atualizado de acordo com o INPC de 2010.

QUADRO 22

B.P. - Balanço Patrimonial - Cia. Modelo

Ativo	2010 Atualizado INPC 6.47%	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2010 Atualizado INPC 6.47%	2011
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Bancos	3032,26	3.319	Duplicatas a pagar – Fornecedores	7.932,01	21.660
Aplicações Financeiras	5.536,44	5.430	Salários a pagar	958,23	3.444
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.568,70	8.749	Contas a pagar	3.619,99	7.700
Duplicatas a Receber Clientes	18.270,25	51.350	Impostos a Recolher	1.309,58	3.650
Duplicatas descontadas	(4.471,74)	(13.100)	Provisão IRCS	1.543,81	8.072
Provisão para devedores duvidosos	(689,92)	(1.452)	Empréstimos – R\$	4.599,50	9.360
Estoques – Produtos Acabados	3.492,22	9.080	Empréstimos – US\$	3002,45	5.275
Estoques – Produtos em Processo	926,29	15.070	Arrendamento financeiro	-	5.840
Estoque Material	1.277,64	7.500	Juros a pagar	1.171,17	400
Outras Contas	2.076,16	1.560	Dividendos propostos	947,59	9.447
Despesas financeiras antecipadas	223,59	655	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	3.155
Seguros Pagos Antecipadamente	340,70	295	Total do Circulante	25.084,33	78.003
Subtotal	21.445,19	70.958	Passivo Não Circulante		
Total do Circulante	30.013,89	79.707	Empréstimos e Debêntures	3.875,51	2.100

Ativo Não Circulante			Total do Não Circulante	3.875,51	2.100
Realizável a Longo Prazo	4.663,39	2.670	Total do Passivo	28.959,84	80.103
Investimentos	4.237,51	5.640	Patrimônio Líquido		
Imobilizado – Custo de Aquisição	29.779,65	41.470	Capital	23.423,40	27.150
Imobilizado – Depreciação Acumulada	(13.095,81)	(17.500)	Reservas	3.705,15	6.314
Intangível	489,76	1.580	Lucros Acumulados	-	
Total do Ativo Não Circulante	26.074,50	33.860	Total do Patrimônio Líquido	27.128,55	33.464
Total do Ativo	56.088,39	113.567	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	56.088,39	113.567

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 114 e 115)

Perez Junior e Begalli (2009, p. 116) afirmam que “Para fins didáticos, esta demonstração esta sendo apresentada com nível de detalhe maior que o exigido pela legislação”.

QUADRO 23

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

Cia. Modelo		
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	2010	2011
	INPC 6.47%	
Receita Operacional Bruta		
• Vendas a vista	37.264,50	28.000
• Vendas a prazo	207.616,50	262.000
	244.881,00	290.000
Impostos sobre vendas	(55.309,04)	(65.500)
Devoluções	(2.448,81)	(8.700)
	(57.757,85)	(74.200)
Receita Operacional Líquida	187.123,15	215.800
Custo das Vendas	(85.708,35)	(108.200)
Lucro Bruto	101.414,80	107.600
Despesas Operacionais		
• Despesas Comerciais	(18.632,25)	(21.000)
• Com devedores Duvidosos	(479,12)	(2.054)
• Despesas Administrativas	(26.915,62)	(27.280)
• Despesas de Aluguéis	(3.886,15)	(3.820)
• Salários e encargos (Exceto INSS)	(11.179,35)	(12.200)
• Contribuições ao INSS – Administrativos	(1.330,87)	(1.464)

• Apropriação de despesas antecipadas (Seguros)	(234,23)	(270)
• Amortização do Intangível	(606,88)	(590)
Resultado operacional	38.150,33	38.922
• Despesas Financeiras – empréstimos	(4.471,74)	(3.500)
• Despesas Financeiras – Leasing		146
• Despesas Financeiras – Desconto de duplicatas	(3.353,81)	(4.795)
• Despesa de variação cambial		(423)
• Receitas Financeiras	196,97	750
• JCP Juros sobre Capital Próprio	(3.726,45)	(3.890)
Equivalência Patrimonial – Coligadas	1.746,11	1.800
Lucro das atividades recorrentes	28.541,41	28.718
Receita da venda de imobilizado		1.900
Custo do imobilizado vendido		(1.280)
Receita de dividendos	127,76	285
Baixa de investimentos		(320)
Provisão para perdas em investimentos		(240)
Resultado das atividades não recorrentes	127,76	345
Lucro antes do IR e CS	28.669,17	29.063
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.033,73)	(10.172)
Lucro Líquido	18.635,44	18.891

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 116)

Para a realização da análise financeira os quadros abaixo trazem os resultados dos indicadores econômico-financeiros que foram apurados, sendo eles os índices de liquidez, da estrutura de capital, de rentabilidade, de atividades, análise horizontal e vertical.

QUADRO 24

Resultado dos Índices de Liquidez - IL

Índices	2010	2011
Índice de Liquidez Imediata – LI	0,34	0,11
Índice de Liquidez Corrente – LC	1,20	1,02
Índice de Liquidez Seca – LS	0,96	0,61
Índice de Liquidez Geral – LG	1,20	1,03

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o QUADRO 24 pode-se verificar que a liquidez financeira da empresa, ou seja, a sua capacidade de pagamento diminuiu no ano de 2011 em

relação ao ano de 2010. Todos os indicadores de liquidez de 2011 apresentaram uma queda em relação ao ano anterior.

No ano de 2010 a liquidez imediata da empresa era de 34%, passando para 11% em 2011. Isso significa dizer que em 2010 a empresa poderia pagar 34% das dívidas assumidas com o seu disponível, enquanto que em 2011 essa capacidade era de apenas 11%. O que significa que sua capacidade baixou consideravelmente, essa situação demonstra que a empresa pode ter decidido não deixar dinheiro em caixa, optando por algum tipo de aplicação. Em relação ao índice de liquidez corrente no ano de 2010 a empresa apresentou R\$ 1,20 de ativo circulante para pagar as obrigações do passivo circulante, ou seja, para cada R\$1,00 de dívida do passivo circulante, a empresa possuía R\$1,20 de ativo circulante para pagar. Porém no ano de 2011 pôde-se perceber uma queda dessa capacidade, apresentando somente R\$1,02 de ativo circulante para pagar cada R\$1,00 de suas obrigações de curto prazo.

Referente ao índice de liquidez seca no ano de 2010 a empresa apresentou R\$ 0,96 de ativo circulante líquido, para pagar cada R\$1,00 de suas obrigações de curto prazo. Já no ano de 2011 apresentou somente R\$ 0,61, diminuindo assim sua capacidade de pagamento sem recorrer à venda de estoques. Em relação à liquidez geral da empresa no ano de 2010, foi de R\$ 1,20 de ativo circulante e realizável a longo prazo, para cada R\$ 1,00 de dívida total. Já no ano de 2011 houve uma diminuição significativa caindo para R\$ 1,03. Portanto, de uma maneira geral pode-se notar que a capacidade de pagamento da empresa diminuiu de um ano para outro, o que traz certa preocupação aos gestores. Deve-se levantar os motivos que afetaram a liquidez da empresa e tomar as decisões acertadas, evitando que a empresa se torne inadimplente com os seus compromissos.

QUADRO 25

Resultados dos Indicadores da Estrutura de Capital

Indicadores	2010	2011
-------------	------	------

Nível de Endividamento – NE	106,75	239,37
Composição do Endividamento – CE	86,61	97,37
Dependência Financeira – DF	0,51	0,70
Independência Financeira – IF	0,48	0,29
Imobilização do Patrimônio Líquido – IPL	78,92	93,20
Imobilização dos Recursos Não Correntes – IRNC	69,05	87,70

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos indicadores da estrutura de capital, pôde-se perceber no QUADRO 25 que o nível de endividamento no ano de 2010 foi de 106,75%, o que significa que para cada R\$ 100 de capital próprio investido na empresa, R\$106,75 foram captação de recursos externos. No ano de 2011, o índice apresentado foi de 239,37%, embora o índice tenha crescido consideravelmente, não necessariamente revela que a empresa esta tendo prejuízos, deve-se primeiramente considerar as circunstâncias em que esses recursos foram captados, isto é, se a lucratividade da aplicação for maior que as despesas pagas pela adesão destes recursos, pode significar um bom negócio para a empresa.

Sobre a composição do endividamento do ano de 2010, ou seja, sobre o total das dívidas, o valor apresentado foi de 86,61%, que são dívidas de curto prazo, este índice se mostrou mais preocupante no ano de 2011, tendo em vista que subiu para 97,37%, dessa forma a folga financeira da empresa diminuiu de um ano para outro.

Em relação à dependência financeira o ano de 2010 mostrou que 51% do ativo total era financiado por capital de terceiros e no ano de 2011 esse índice subiu para 70%. Consequentemente a independência da empresa diminuiu de um ano para o outro. O ano de 2010 apresentou 48% de independência, já o ano de 2011 caiu para apenas 29%, significando que a empresa passou a utilizar mais capital de terceiros para a realização das operações.

O índice de imobilização do patrimônio líquido revelou que no ano de 2010, de cada R\$100 do patrimônio líquido, 78,92% foi investido no ativo permanente. No ano de 2011 esse índice subiu para 93,20%, tornando-se assim um fator preocupante para os gestores, pois significa que a empresa conta com menos recursos circulantes, para quitação de suas dívidas, seguramente a empresa aumentou seus investimentos.

Referente a imobilização dos recursos não correntes no ano de 2010 o índice foi de 69,05%, o que significa que para cada R\$ 100 de capitais de longo prazo, R\$ 69,05 foi aplicado em imobilizado e intangível de recuperação a longo prazo e R\$ 30,95 estão aplicados em ativos de giro de curto e longo prazo, já no ano de 2011 o índice cresceu para 87,70%, o que significa que de cada R\$ 100 de capitais de longo prazo, R\$ 87,70 foi aplicado em imobilizado e intangível de recuperação a longo prazo e apenas R\$ 12,30 estão aplicados em ativos de giro de curto e longo prazo, destaca-se que esta situação não é favorável para a empresa, porque a maior parte de seus recursos estão aplicados em investimentos de longo prazo.

O QUADRO 26 traz os indicadores de Rentabilidade.

QUADRO 26
Resultados dos Indicadores de Rentabilidade

Indicadores	2010	2011
Indicador de Rentabilidade do Patrimônio Líquido - RPL	68,69	56,45
Indicador de Rentabilidade do Ativo Total – RAT	33,22	16,63
Margem Bruta – MB	54,19	49,86
Margem Líquida – ML	9,95	8,75

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre os indicadores de rentabilidade apresentados no QUADRO 26 o indicador de rentabilidade do patrimônio líquido do ano de 2010 foi de 68,69% ou seja, para cada R\$ 100 de Patrimônio Líquido teve R\$ 68,69 de retorno. Já o ano de 2011 apresentou um resultado mais preocupante caindo esse retorno para R\$ 56,45

de cada R\$ 100 de Patrimônio Líquido. Referente ao índice de rentabilidade total, o ano de 2010 apresentou que de cada R\$ 1,00 investido no ativo total durante o exercício obteve apenas 33,22% de retorno. O ano de 2011 se mostrou mais negativo porque o retorno do ativo total caiu para 16,63%.

A margem bruta de 2010 indicou que o lucro bruto representa o percentual de 54,19% das vendas líquidas, livres de impostos (de vendas) e devoluções. Esse índice teve uma queda e se apresentou em 49,86% no ano de 2011. A margem líquida, considerada a mais interessante para os gestores, mostrou que no ano de 2010 o percentual da receita operacional líquida que sobrou após serem reduzidos todos os gastos, inclusive o imposto de renda, foi de 9,95%. Ou seja, de cada R\$ 100 de vendas líquidas 9,95% foi o lucro líquido obtido pela empresa, sendo que este número caiu para apenas 8,75% em 2011, situação negativa para a empresa, pois seu lucro vem diminuindo.

O QUADRO 27 traz os indicadores de atividades.

QUADRO 27
Resultados dos Indicadores de Atividades

Indicadores	2010	2011
Prazo Médio de Rotação de Estoques - PMRE	24	105
Prazo Médio de Recebimento das Vendas - PMRV	32	70
Prazo Médio de Pagamento das Compras - PMPC	—	58

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto aos indicadores de atividades, o prazo médio de rotação de estoques foi de 24 dias para o ano de 2010 e de 105 dias para 2011. Ou seja, em 2010 a empresa levou 24 dias para vender seus produtos, desde o momento da compra realizada com os fornecedores, já em 2011 a empresa precisa de 105 dias para conseguir vender seus produtos, tendo em vista que estocar produtos não gera lucro, esse prazo precisa ser o menor possível. Referente ao prazo médio de

recebimento das vendas no ano de 2010 a empresa leva 32 dias para receber de seus clientes desde o momento da venda. Já em 2011 leva 70 dias, esse índice não é satisfatório uma vez que o ideal seria receber dos clientes antes de pagar seus fornecedores. Sobre o prazo de pagamento das compras, no ano de 2010 não se pôde realizar o cálculo, devido a falta de dados. Referente ao ano de 2011 a empresa apresentou 58 dias para pagar seus fornecedores. Destaca-se que de acordo com o ramo de atividade é que esse prazo poderá ser classificado como favorável ou desfavorável.

O QUADRO 28 traz as análises horizontal e vertical do BP.

QUADRO 28
Resultado das Análises Horizontal e Vertical do BP

Ativo/Passivo	2010	A V	2011	A V	A H
Ativo Circulante	30.013,89	53,51%	79.707,00	70,18%	265,56%
Ativo Não Circulante	26.074,50	46,48%	33.860,00	29,81%	129,85%
Total do Ativo	56.088,39	100%	113.567	100%	202,47%
Passivo Circulante	25.084,33	44,72%	78.003,00	68,68%	310,96%
Exigível a Longo Prazo	3.875,51	6,90%	2.100,00	1,84%	54,18%
Patrimônio Líquido	27.128,55	48,36%	33.464	29,46%	123,35%
Total do Passivo	56.088,39	100%	113.567	100%	202,47%

Fonte: Dados da pesquisa

Pela análise vertical do balanço patrimonial pode-se constatar que o ativo circulante apresentou um crescimento muito significativo, sendo que este grupo representava 53,51% do total do ativo em 2010 e passou a representar 70,18% do total do ativo em 2011, sua representatividade aumentou 16,67%. Em 2010 o ativo

não circulante representava 46,48% do total do ativo e passou a representar apenas 29,81% em 2011, sua representatividade diminuiu 16,67% de 2010 para 2011, isso significa que a empresa diminuiu seus investimentos a longo prazo. No ano de 2010 o passivo circulante representava 44,72% do passivo total e em 2011 passou a representar 68,68%, sua representatividade aumentou 23,96. O exigível de longo prazo em 2010 representava 6,90% do total do passivo e em 2011 passou a representar apenas 1,84%. Sua representatividade diminuiu 5,06%, dessa forma pode-se notar que a empresa diminuiu consideravelmente suas dívidas a longo prazo e passou a contrair mais dívidas a curto prazo, isso não é recomendável, o ideal seria que o montante maior fosse das dívidas a longo prazo. O patrimônio líquido em 2010 representava 48,36% do passivo total e em 2011 passou a representar apenas 29,46%. Sua representatividade caiu 18,90%, no entanto este fato não necessariamente significa que os recursos próprios da empresa diminuíram, essa queda na representatividade deve-se ao fato de que o passivo total do ano de 2011 cresceu consideravelmente em relação ao de 2010.

A análise horizontal do balanço patrimonial foi calculada tendo o ano de 2010 como ano base. De acordo com esta análise percebe-se que o ativo circulante apresentou um acréscimo de 165,56% no decorrer de 2010 para 2011, ou seja, aumentaram-se as operações no curto prazo. O ativo não circulante apresentou um acréscimo de 29,85% de 2010 para 2011. E o ativo total apresentou um acréscimo chegando a atingir 102,47% se comparado ao ano de 2010, isso se justifica devido ao considerável crescimento do ativo circulante. O passivo circulante cresceu 210,96% do ano 2010 para o ano de 2011. O exigível a longo prazo sofreu um decréscimo de 45,82% do ano 2010 em relação ao ano de 2011. O patrimônio líquido cresceu 23,35% no ano de 2010 em relação ao ano de 2011, este resultado é positivo porque significa que o capital próprio da empresa aumentou.

O QUADRO 29 traz as análises horizontal e vertical da DRE.

QUADRO 29
Resultado das Análises Horizontal e Vertical da DRE

	2010	A V	2011	A V	A H
Receita de vendas líquidas	187.123,15	100 %	215.800	100%	115,32 %
CMV	(85.708,35)	45,80 %	(108.200,00)	50,13 %	126,24 %
Lucro Bruto	101.414,80	54,19 %	107.600	49,86 %	106, 09 %
Despesas Operacionais	(63.264,47)	33,80 %	(68.678,00)	31,82 %	108,55 %
Lucro Operacional	38.150,33	20,38 %	38.922,00	18,03 %	102,02 %
Despesas e Receitas Financeiras	(9.608,92)	5,13 %	(10.204,00)	4,72 %	106,19 %
Outras Despesas e Receitas	127,76	0,06 %	345,00	0,15 %	270,03 %
Lucro antes IR e CS	28.669,17	15,32 %	29.063,00	13,46 %	101,37 %
Impostos sobre o Lucro	(10.033,73)	5,36 %	(10.172,00)	4, 71 %	101,37 %
Resultado Líquido	18.635,44	9,95 %	18.891,00	8,75 %	101,37 %

Fonte: Dados da pesquisa

Com a realização da análise vertical da DRE pode-se notar que o custo das mercadorias vendidas teve um aumento em relação às vendas líquidas, sendo que no ano de 2010 apresentou uma porcentagem de 45,80% e no ano de 2011 passou para 50,13%, sua representatividade aumentou 4,33%. Em 2010 o lucro bruto representava 54,19% das vendas líquidas, já no ano de 2011 essa representação passou para 49,86%, caindo 4,33% de um ano para outro, isso se justifica devido o

crescimento das vendas líquidas obtidas em 2011. No ano de 2010 as despesas operacionais representavam 33,80% das vendas líquidas, já em 2011 passou a representar 31,82%, como consequência sua representatividade caiu 2%.

O lucro operacional representava 20,38% das vendas líquidas em 2010, passando a representar 18,03% em 2011, a representatividade caiu 2,35%. As despesas e receitas financeiras no ano de 2010 representavam 5,13% das vendas líquidas, em 2011 passou a representar 4,72%, sua representatividade caiu 0,41%.

Em relação às despesas e receitas diversas no ano de 2010, estas representavam 0,06% do total das vendas líquidas, passando a representar em 2011 o percentual de 0,15%, considerando que no presente caso o crescimento ocorrido foi de receitas, pode-se considerar um ponto positivo para a empresa.

O lucro antes da apuração dos impostos representava 15,32% das receitas de vendas líquidas em 2010, já em 2011 passou a representar 13,46%, sua representatividade caiu 1,86%.

Os impostos sobre o lucro de 2010 representavam 5,36% das receitas líquidas de vendas, passando a representar 4,71%, sua representatividade caiu 0,65%.

Em relação ao lucro líquido, este representava 9,95% das receitas líquidas de vendas em 2010, já em 2011 passou a representar 8,75%, sua representatividade caiu 0,65% isso se justifica devido ao aumento do custo em 2011.

A análise horizontal da DRE foi calculada tendo o ano de 2010 como ano base. E de acordo com esta análise percebe-se que as receitas líquidas de vendas apresentaram um acréscimo de 15,32% em 2011.

O custo das mercadorias vendidas apresentou um acréscimo de 26,24% de 2010 para 2011. E o lucro bruto apresentou um acréscimo de 6,09% de um ano para outro. O aumento do lucro foi pouco, pois embora as vendas tenham crescido, os custos cresceram em maior proporção.

As despesas operacionais cresceram 8,55% o que fez que o lucro operacional crescesse apenas 2,02%.

As despesas e receitas financeiras cresceram 6,19%. Em relação às despesas e receitas diversas, estas cresceram 170,03%, observa-se que este crescimento é positivo devido ao fato do crescimento ser das receitas, ou seja entrada de recursos.

O lucro antes da apuração dos impostos cresceu 1,37%, sendo que houve a mesma constante no crescimento dos impostos sobre o lucro e sobre o lucro líquido.

5 CONCLUSÃO

Toda empresa precisa ter uma visão gerencial de seus negócios para que possa desenvolver suas atividades com excelência, ganhar a fidelidade de seus clientes e, conseqüentemente, adquirir estabilidade financeira. No entanto as pequenas empresas são as que mais precisam saber lidar com os problemas gerenciais, pois como possuem pouco capital para bancar suas atividades, não são capazes de suportar erros na tomada de decisão, erros de gestão podem comprometer a sua permanência no mercado.

Neste contexto este trabalho preocupou-se em oferecer aos gestores um conhecimento complementar sobre a importância da realização das análises das demonstrações contábeis, fazendo com que os empresários tenham ciência de que é necessário utilizar técnicas profissionais e seguras para obter o controle financeiro.

As análises permitem aos gestores a oportunidade de definir estratégias para obter um bom desempenho, por isso são consideradas como norteadoras das tomadas de decisões. Proporcionam à empresa a capacidade de ter um controle financeiro, tornando-se assim um diferencial que pode garantir a sua estabilidade no mercado e evitar o seu possível fracasso.

Se as análises forem realizadas de forma técnica e confiável podem identificar o comportamento da empresa em dado momento, pode revelar se a empresa esta evoluindo financeiramente ou não, ou seja, diz ao gestor se a empresa está respondendo satisfatoriamente ao objetivo para o qual foi criada, que é na verdade a geração de lucros. Este trabalho apresentou as informações trazidas por alguns dos vários indicadores econômicos dos quais uma análise pode abranger, com o intuito de demonstrar que eles podem ser úteis na gestão da empresa: Foram apresentados os índices de liquidez, os quais são capazes de mostrar se a empresa esta conseguindo pagar seus débitos em tempo hábil. Estes índices manifestam a capacidade de pagamento da empresa. Caso a empresa não consiga pagar suas dívidas, este será um fator inquietante para os gestores, exigindo assim que eles comecem a mudar suas atitudes para melhorar a liquidez da empresa, caso contrário a empresa poderá se tornar inadimplente. Os índices de endividamento que mostram com quanto de capital externo a empresa trabalha, quanto tem de

dívidas a curto e a longo prazo em relação ao passivo total. Deve-se aqui ressaltar que o endividamento a longo prazo desde que moderado é considerado saudável para o crescimento da empresa, pois proporciona a ela o poder de trabalhar com recursos externos e pagá-los posteriormente com o lucro obtido através de suas próprias operações. No entanto torna-se necessário dar atenção especial a este índice, porque se os gestores não estiverem atentos podem endividar-se demasiadamente. Foram também apresentados os índices de rentabilidade que medem quanto a empresa esta obtendo de lucro. Com eles pode-se notar se realmente esta havendo retorno perante todas as atividades realizadas. Foram apresentados os índices de atividades, que são também muito importantes, porque demonstram quanto tempo a empresa leva para concluir seu ciclo financeiro, ou seja, quanto tempo leva do momento da compra dos produtos, até o recebimento das vendas dos produtos acabados, recomenda-se que as empresas consigam primeiramente receber de seus clientes para depois pagar seus fornecedores, ou seja, comprar com um prazo maior e vender com um prazo menor, no entanto isso raramente acontece, por isso se a empresa estiver pagando seus fornecedores com prazo muito menor ao recebimento dos clientes, a mesma terá que rever suas concepções porque poderá ficar em dificuldade financeira. E por fim foram realizadas as análises horizontal e vertical que proporcionam a comparação das contas de um mesmo grupo e também da sua evolução de um ano para outro.

Diante do exposto verificou-se que os indicadores econômicos financeiros das análises são ferramentas que geram informações e consequentemente são ótimos instrumentos de apoio para uma boa gestão, porque podem detectar muitos problemas e podem também proporcionar o desenvolvimento do planejamento financeiro, tendo em vista que juntos constituem uma visão ampla da real situação em que a empresa se encontra, fornecendo assim segurança para as empresas realizarem suas operações. Portanto, conclui-se que as análises devem ser utilizadas como uma forma de prevenção. Recomenda-se que as empresas desenvolvam o hábito de realizar análises frequentemente, para que não haja nenhuma surpresa indesejável no decorrer de sua vida financeira.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: um enfoque econômico financeiro. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. 1 edição, São Paulo, Atlas S.A, 2011.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. **Lei Complementar 123/06**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm.> Acessado em: 29 de Ago. de 2012.

_____. Lei 6.404/76

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

BCB. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>.> Acessado em: 06 de Out. de 2012.

GABRIEL, Sergio. **A influência das micro e pequenas empresas no desenvolvimento econômico do Brasil**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/15734/1/A-Influencia-da-Micro-ePequena-Empresa-no-Desenvolvimento-Economico-do-Brasil/pagina1.html>.> Acessado em 30 de Ago. de 2012.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica**. 2 ed. São Paulo: Harbra, 2001.

IUDICIBUS, Sergio. **Análise de Balanços**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNIOR, José Hernandez Perez e BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**, 4 edição. São Paulo: editora atlas S.A, 2009.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ **Fundamentos de Metodologia Científica**, 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia Científica**, 2 ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

REIS, Arnaldo de Rezende, **Demonstrações Contábeis: estrutura e análise**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____ **Contabilidade Comercial Fácil**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____ **Contabilidade Básica**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SEBRAE. Critérios de classificação de empresas: EI – ME- EPP. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acessado em: 29 de Ago. de 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 edição, revista e atualizada. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas S.A, 2007.

SZUSTER, Natan. **Contabilidade Geral: Introdução a Contabilidade Societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

B.P - Balanço Patrimonial - Cia. Modelo

Ativo	2010	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2010	2011
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Bancos	2.848	3.319	Duplicatas a pagar – Fornecedores	7.450	21.660
Aplicações Financeiras	5.200	5.430	Salários a pagar	900	3.444
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.048	8.749	Contas a pagar	3.400	7.700
Duplicatas a Receber - Clientes	17.160	51.350	Impostos a Recolher	1.230	3.650
Duplicatas descontadas	(4.200)	(13.100)	Provisão IRCS	1.450	8.072
Provisão para devedores duvidosos	(648)	(1.452)	Empréstimos – R\$	4.320	9.360
Estoques – Produtos Acabados	3.280	9.080	Empréstimos – US\$	2.820	5.275
Estoques – Produtos em Processo	870	15.070	Arrendamento financeiro	-	5.840
Estoque Material	1.200	7.500	Juros a pagar	1.100	400
Outras Contas	1.950	1.560	Dividendos propostos	890	9.447
Despesas financeiras antecipadas	210	655	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	3.155
Seguros Pagos Antecipadamente	320	295	Total do Circulante	23.560	78.003
Subtotal	20.142	70.958	Passivo Não Circulante		
Total do Circulante	28.190	79.707	Empréstimos e Debêntures	3.640	2.100
Ativo Não Circulante			Total do Não Circulante	3.640	2.100
Realizável a Longo Prazo	4.380	2.670	Total do Passivo	27.200	80.103
Investimentos	3.980	5.640	Patrimônio Líquido		
Imobilizado – Custo de Aquisição	27.970	41.470	Capital	22.000	27.150
Imobilizado – Depreciação Acumulada	(12.300)	(17.500)	Reservas	3.480	6.314
Intangível	460	1.580	Lucros Acumulados	-	
Total do Ativo Não Circulante	24.490	33.860	Total do Patrimônio Líquido	25.480	33.464
Total do Ativo	52.680	113.567	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	52.680	113.567

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 114 e 115)

APÊNDICE 2

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício.

Cia. Modelo		
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	2010	2011
Receita Operacional Bruta		
• Vendas a vista	35.000	28.000
• Vendas a prazo	195.000	262.000
	230.000	290.000
Impostos sobre vendas	(51.948)	(65.500)
Devoluções	(2.300)	(8.700)
	(54.248)	(74.200)
Receita Operacional Líquida	175.752	215.800
Custo das Vendas	(80.500)	(108.200)
Lucro Bruto	95.252	107.600
Despesas Operacionais		
• Despesas Comerciais	(17.500)	(21.000)
• Com devedores Duvidosos	(450)	(2.054)
• Despesas Administrativas	(25.280)	(27.280)
• Despesas de Aluguéis	(3.650)	(3.820)
• Salários e encargos (Exceto INSS)	(10.500)	(12.200)
• Contribuições ao INSS – Administrativos	(1.250)	(1.464)
• Apropriação de despesas antecipadas (Seguros)	(220)	(270)
• Amortização do Intangível	(570)	(590)
Resultado operacional	35.832	38.922
• Despesas Financeiras – empréstimos	(4.200)	(3.500)
• Despesas Financeiras – Leasing		(146)
• Despesas Financeiras – Desconto de duplicatas	(3.150)	(4.795)
• Despesa de variação cambial		(423)
• Receitas Financeiras	185	750
• JCP Juros sobre Capital Próprio	(3.500)	(3.890)
Equivalência Patrimonial – Coligadas	1.640	1.800
Lucro das atividades recorrentes	26.807	28.718
Receita da venda de imobilizado		1.900
Custo do imobilizado vendido		(1.280)
Receita de dividendos	120	285
Baixa de investimentos		(320)
Provisão para perdas em investimentos		(240)
Resultado das atividades não recorrentes	120	345
Lucro antes do IR e CS	26.927	29.063
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.424)	(10.172)
Lucro Líquido	17.503	18.891

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 116)

APÊNDICE 3

B.P. - Balanço Patrimonial - Cia. Modelo - Atualizado

Ativo	2010 Atualizado INPC 6.47%	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2010 Atualizado INPC 6.47%	2011
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Bancos	3032,26	3.319	Duplicatas a pagar – Fornecedores	7.932,01	21.660
Aplicações Financeiras	5.536,44	5.430	Salários a pagar	958,23	3.444
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.568,70	8.749	Contas a pagar	3.619,99	7.700
Duplicatas a Receber - Clientes	18.270,25	51.350	Impostos a Recolher	1.309,58	3.650
Duplicatas descontadas	(4.471,74)	(13.100)	Provisão IRCS	1.543,81	8.072
Provisão para devedores duvidosos	(689,92)	(1.452)	Empréstimos – R\$	4.599,50	9.360
Estoques – Produtos Acabados	3.492,22	9.080	Empréstimos – US\$	3002,45	5.275
Estoques – Produtos em Processo	926,29	15.070	Arrendamento financeiro	-	5.840
Estoque Material	1.277,64	7.500	Juros a pagar	1.171,17	400
Outras Contas	2.076,16	1.560	Dividendos propostos	947,59	9.447
Despesas financeiras antecipadas	223,59	655	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	3.155
Seguros Pagos Antecipadamente	340,70	295	Total do Circulante	25.084,33	78.003
Subtotal	21.445,19	70.958	Passivo Não Circulante		
Total do Circulante	30.013,89	79.707	Empréstimos e Debêntures	3.875,51	2.100
Ativo Não Circulante			Total do Não Circulante	3.875,51	2.100
Realizável a Longo Prazo	4.663,39	2.670	Total do Passivo	28.959,84	80.103
Investimentos	4.237,51	5.640	Patrimônio Líquido		

Imobilizado – Custo de Aquisição	29.779,65	41.470	Capital	23.423,40	27.150
Imobilizado – Depreciação Acumulada	(13.095,81)	(17.500)	Reservas	3.705,15	6.314
Intangível	489,76	1.580	Lucros Acumulados	-	
Total do Ativo Não Circulante	26.074,50	33.860	Total do Patrimônio Líquido	27.128,55	33.464
Total do Ativo	56.088,39	113.567	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	56.088,39	113.567

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 114 e 115)

APÊNDICE 4

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício – Atualizada

Cia. Modelo		
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício	2010	2011
	INPC 6.47%	
Receita Operacional Bruta		
• Vendas a vista	37.264,50	28.000
• Vendas a prazo	207.616,50	262.000
	244.881,00	290.000
Impostos sobre vendas	(55.309,04)	(65.500)
Devoluções	(2.448,81)	(8.700)
	(57.757,85)	(74.200)
Receita Operacional Líquida	187.123,15	215.800
Custo das Vendas	(85.708,35)	(108.200)
Lucro Bruto	101.414,80	107.600
Despesas Operacionais		
• Despesas Comerciais	(18.632,25)	(21.000)
• Com devedores Duvidosos	(479,12)	(2.054)
• Despesas Administrativas	(26.915,62)	(27.280)
• Despesas de Aluguéis	(3.886,15)	(3.820)
• Salários e encargos (Exceto INSS)	(11.179,35)	(12.200)
• Contribuições ao INSS – Administrativos	(1.330,87)	(1.464)
• Apropriação de despesas antecipadas (Seguros)	(234,23)	(270)
• Amortização do Intangível	(606,88)	(590)
Resultado operacional	38.150,33	38.922
• Despesas Financeiras – empréstimos	(4.471,74)	(3.500)
• Despesas Financeiras – Leasing		146
• Despesas Financeiras – Desconto de duplicatas	(3.353,81)	(4.795)
• Despesa de variação cambial		(423)
• Receitas Financeiras	196,97	750
• JCP Juros sobre Capital Próprio	(3.726,45)	(3.890)
Equivalência Patrimonial – Coligadas	1.746,11	1.800
Lucro das atividades recorrentes	28.541,41	28.718
Receita da venda de imobilizado		1.900
Custo do imobilizado vendido		(1.280)
Receita de dividendos	127,76	285
Baixa de investimentos		(320)
Provisão para perdas em investimentos		(240)
Resultado das atividades não recorrentes	127,76	345
Lucro antes do IR e CS	28.669,17	29.063
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.033,73)	(10.172)
Lucro Líquido	18.635,44	18.891

Fonte: Adaptado Perez Junior e Begalli (2009, p. 116)